
Trabalho e educação na saúde: desafios para a garantia do direito à saúde e acesso universal às ações e serviços no SUS

Panorama geral

A trajetória da área de Trabalho e da Educação na Saúde ganhou destaque na agenda política desde o movimento da Reforma Sanitária Brasileira, na década de 70, quando foi estabelecida uma sinergia entre os processos de formação dos profissionais de saúde e a visão de um novo sistema de saúde de caráter universal e inclusivo, que viria a se constituir como o Sistema Único de Saúde (SUS). Tal movimento repercutiu significativamente na formulação das políticas governamentais e de reconstrução do Estado na Nova República, assumindo um perfil de políticas públicas indutoras que se configuraram em torno do tema “Saúde e Democracia” cujo ponto áureo foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986.

Com a implementação do SUS houve um esforço para a reconfiguração das práticas, a ampliação e a descentralização dos serviços de saúde. Este processo favoreceu a redefinição da formação e da qualificação profissional, bem como, a inserção e distribuição dos trabalhadores do setor. É imprescindível compreender

a imbricação das áreas “Trabalho” e “Educação na Saúde”.

Temas como “ensino médico”, “integração docente assistencial”, “formação em saúde pública”, “educação permanente em saúde”, “formação técnica”, “educação à distância”, “multi, trans e interprofissionalidade”, “redes”, “formação de gestores”, “força de trabalho”, “mercado de trabalho”, “carreiras”, “terceirizações”, “precarização”, “planos de cargos e salários”, “migrações e distribuição de pessoal de saúde”, “captação e fixação dos profissionais de saúde”, passaram a integrar o repertório das políticas de educação e gestão do trabalho, e impulsionaram o desenvolvimento científico, a formação de quadros especializados e a organização de grupos de pesquisa em todo o país.

A integração entre instituições formuladoras de políticas, escolas de saúde pública, institutos de pesquisa e universidades propiciou o avanço das atividades de pesquisa, fenômeno potencializado pelo surgimento da Rede

de Observatórios de Recursos Humanos em 2003. Esta Rede se expandiu em todo o território nacional, com vocações específicas entre os Observatórios, o que favoreceu a diversificação de temas relacionados às políticas da área, com expressões diferenciadas dos problemas de pesquisa, alguns mais abrangentes, de alcance nacional, e outras com um caráter local, em apoio ao desenvolvimento das políticas regionais.

Ainda em 2003 foi criada a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação (SGTES) do Ministério da Saúde. Esta iniciativa permitiu a movimentação de ideias, conhecimentos, programas e recursos financeiros, ampliando as possibilidades de projetos e do desenvolvimento de políticas governamentais para o setor, além do diálogo com diferentes atores incluídos em instituições parceiras e entidades representativas que fazem parte da governança do SUS, como Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e Conselho Nacional de Saúde (CNS), incluindo um mecanismo oficial de diálogo e ação direta com a Rede Brasileira dos Observatórios de RHUS.

Nos 30 anos do SUS houve um crescimento exponencial dos serviços públicos de saúde com a ampliação dos postos de trabalho, o que permitiu a abertura do mercado para um expressivo número de trabalhadores. Consequentemente, ampliou-se a oferta formativa com temas diversos. Modelos inovadores de formação têm sido experimentados e alcançados resultados importantes orientados a transformação da educação em saúde. Esses esforços têm limitações considerando o crescente processo de privatização da educação em saúde, os incentivos financeiros que valorizam a prática privada, concentrados em cidades de maior desenvolvimento e alto protecionismo dos espaços de prática das profissões da saúde, em especial da medicina.

A acumulação produzida pela expansão do SUS favoreceu a institucionalização de muitas propostas no campo do trabalho e educação em saúde, pelo diálogo entre os entes federados, os conselhos, a OPAS/OMS, câmaras técnicas e representações dos movimentos sociais. Mas há grandes desafios para alcançar a capilaridade territorial que permitirá gerar intervenções de políticas efetivas de recursos humanos que permitam avançar no acesso universal a um SUS efetivo.

Desafios e recomendações

Persistem os problemas de equidade na distribuição de pessoal e descompasso entre a formação profissional e as necessidades dos serviços de saúde. Enfrentar o desafio de uma mudança qualitativa nos processos de formação e garantir condições de trabalho que fa-

voreçam o desempenho dos trabalhadores da saúde e a resposta às demandas de saúde da população, requer esforços de articulação entre os Ministérios da Saúde, Educação, em diálogo permanente com os gestores dos três níveis da gestão do país e com os atores sociais.

São desafios para a gestão das políticas de recursos humanos em saúde no país: a) avançar nos níveis de institucionalidade e governança do campo dos recursos humanos em saúde; b) defender a manutenção de uma taxa crescente de investimento na alocação e distribuição de pessoal que reduza as lacunas e atenda ao objetivo universal de saúde; c) influenciar a construção de uma gestão pública coerente com as demandas; d) defender a priorização da equidade no acesso aos cuidados de saúde e serviços, com pessoal qualificado; e) manter a vigilância e ação permanente pela qualidade e cordialidade nos cuidados com a saúde, f) destacar a importância de aprofundar a regionalização e a capacidade descentralizada de gestão da saúde.

A respostas para estes desafios dependem de ações intersetoriais, interprofissionais e políticas e exigem uma “escuta organizada” das expectativas dos serviços e das necessidades que a sociedade impõe ao SUS. Essa pode ser uma estratégia importante para futuras iniciativas que façam conexão entre ensino, trabalho, serviço e sociedade.

Um movimento de renovação da área de Trabalho e Educação requer também uma

aproximação entre as instituições formuladoras de políticas de saúde com as agências governamentais de fomento à pesquisa, propiciando a revitalização de linhas de pesquisa com a visão de presente e futuro, mediadas por diretrizes que reduzam iniquidades em saúde.

É fundamental a configuração de um cenário com atuação ativa. Uma ação coordenada de todos os atores envolvidos visando a definição de uma estratégia nacional intersetorial, integradora e sustentável, que articule saúde, educação, trabalho, financiamento e gestão pública, alinhada às necessidades de desenvolvimento social da população brasileira. Melhorar a governança é essencial para o planejamento da força de trabalho em saúde, mais especificamente para enfrentar os problemas de escassez, desequilíbrios de habilidades, má distribuição, condições não adequadas de trabalho, desigualdade na distribuição de gênero, entre outros problemas.

Por fim, para alcançar os objetivos da agenda 2030, é preciso ratificar a prioridade de investimentos que garantam a disponibilidade, acessibilidade e qualidade da força de trabalho em saúde como requisito indispensável para a consolidação do SUS.